

Jornalismo e história: narrativas do real

Journalism and history: narratives on reality

CAMILA GARCIA KIELING¹

camila.kieling@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Algumas aproximações e distanciamentos entre as narrativas histórica e jornalística são os objetos de análise deste artigo. Ambas derivam da matriz da realidade e, dessa forma, agem na construção da vida social. Nossa intenção é, neste artigo, trazer ao debate algumas características dessas narrativas e discutir seus desdobramentos na produção histórica sobre a imprensa e na análise da imprensa em uma perspectiva histórica.

Palavras-chave: Jornalismo; história; narrativa

Abstract

This paper analyses some of the similarities and differences between historical and journalistic narratives. Both derive from reality and, therefore, act in the construction of social life. We aim to discuss some of the characteristics of these narratives and their impact on historical production about the press and on press analysis in a historical perspective.

Keywords: Journalism; history; narrative

INTRODUÇÃO: NARRATIVAS DO REAL

As narrativas jornalísticas e históricas nascem de uma mesma matriz: a realidade. Ambas pretendem referi-la, realizam-se sob essa perspectiva e circulam socialmente cumprindo essa missão. Para além do importante papel que desempenham na vida social, prestam-se, no campo científico, a um rico intercâmbio, em duplo sentido: os media servem de fonte para a produção de conhecimento histórico e a história, por sua vez, ilumina a compreensão dos significados presentes nos discursos jornalísticos produzidos no passado. A partir desse entendimento, temos como objetivo neste artigo identificar algumas características comuns a essas narrativas, além de discuti-las e analisa-las sob o ponto de vista da produção de conhecimento. Iniciamos a caminhada trazendo ao debate alguns conceitos, tanto de história quanto de jornalismo.

¹ Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Estudante de estágio de doutoramento sanduíche na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, sob coorientação do Professor Moisés de Lemos Martins, entre os meses de fevereiro e agosto de 2014. Bolsista Capes, Processo nº 14170-13-2..

Veyne ([1971] 2008) dedica-se à problemática epistemológica da história, preocupando-se em posicioná-la em relação ao conceito de ciência. Em sua perspectiva, a história não é uma ciência, ao menos no sentido que essa palavra compreende, de uma disciplina capaz de produzir leis: “A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; não explica e não tem método” (Veyne, 2008: 8). A natureza da história, para Veyne, reside, justamente, na criação de narrativas que têm como matriz a verdade²: a história é uma narrativa de “acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator. A história é um romance verdadeiro” (p. 8).

A narração dos acontecimentos não se pode confundir com o estabelecimento de leis, na acepção científica do termo, porque a história não trabalha nesse sentido: “A vida econômica duma nação não coincide com o sistema das leis econômicas e não pode explicar-se por ele” (Veyne, 2008: 103). Para o autor, “não existe *explicação* histórica no sentido científico da palavra”; a operação narrativa da história encerra a *compreensão* das intrigas nas quais os acontecimentos se desenrolam (grifos nossos). Tomando como referência a concepção Aristotélica do mundo, Veyne compreende que a história desenrola-se na terra, no espaço sublunar, onde - ao contrário do céu, lugar do determinismo, das leis, da ciência -, “O homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito permanece duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente” (p. 38).

Não seria necessário estabelecer uma comparação com a ciência para perceber que o jornalismo situa-se, como a história, no mundo sublunar. Porém, é sob diferentes condições que o jornalismo se relaciona com esse espaço, seleciona os acontecimentos, compreende as intrigas e produz sua narrativa. Para Melo (1985), o jornalismo atua na intersecção das relações entre organizações e receptores, em torno de meios que transmitem informações, sempre submetidos a interesses e expectativas:

[...] O jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (p. 10)

O autor implica, ainda, o jornalismo com as suas condições temporais de produção e com a satisfação das expectativas de diferentes públicos, já que o jornalismo dialoga diretamente com a opinião pública e com os poderes instituídos:

Trata-se portanto de um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade. O fio da ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão ocorrendo. O ponto de tensão entre ambos está na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber. A permanência da relação social está em íntima dependência do equilíbrio que se estabelece entre os interesses da instituição e as expectativas da coletividade. O que pressupõe velocidade, credibilidade e abrangência. (Melo, 1985: 10)

² Dada a complexidade da discussão sobre o conceito de verdade, cabe destacar que admitimos, aqui, o conceito conforme a concepção fenomenológica, que nos parece mais adequada frente ao universo de autores trazidos neste debate: a verdade como manifestação ou revelação. Heidegger é um dos que se filia ao caráter de revelação ou descobrimento da verdade, ressaltando que “cada descobrimento do ser, por ser parcial, também é um cobrimento dele” (Abbagnano, 1998: 995).

Para Veyne (2008), história e jornalismo aproximam-se na medida em que são atividades produtoras de sínteses: “[...] a maneira de explicar [da história] é ‘fazer compreender’, descrever as coisas como se passaram; o que não conduz a qualquer coisa de substancialmente diferente do que faz, cada manhã ou cada tarde, o nosso jornal habitual: isto para a síntese (o resto é a parte da crítica, da erudição)” (p. 161).

A partir dessas definições, selecionamos e passamos a discutir algumas problemáticas comuns à história e ao jornalismo, as quais parecem-nos relevantes para compreendê-los como atividades produtoras de conhecimento: a noção de acontecimento, a compreensão das intrigas e a atuação dos agentes produtores dos discursos - o jornalista e o historiador.

1. ACONTECIMENTO E INTRIGA

Dentro do universo de possíveis do mundo sublunar, jornalismo e história desempenham as delicadas tarefas de definir o que são os acontecimentos e selecionar aqueles que figuram em suas narrativas. Para Veyne (2008), há a necessidade de que “haja uma escolha em história, para escapar à dispersão em singularidades e a uma indiferença onde tudo se equipara” (p. 41). O critério para essa escolha, de acordo com o autor, não é a *singularidade*, mas a *especificidade* dos acontecimentos: “É histórico o que não é universal e o que não é singular. Para que isso não seja universal, basta que haja diferença; para que isso não seja singular, basta que seja específico, que seja compreendido, que remeta para uma intriga” (Veyne, 2008: 72). Nesse entendimento, os fatos não existem isoladamente; inseridos na realidade, possuem uma organização natural e é tarefa da história “*reencontrar* essa organização” (p. 42, grifo no original). Para levar tal tarefa a cabo, é preciso situá-los no tecido da história, isso que o autor chama *intriga*: “Quais são então os fatos que são dignos de suscitar o interesse do historiador? Tudo depende da intriga escolhida; em si mesmo, nenhum fato é interessante nem deixa de o ser” (p. 43).

No jornalismo, a seleção dos acontecimentos, daquilo que “é notícia”, deriva de uma série de valores que, aplicados aos fatos, determinam a sua conexão com a intriga - ou, para usar a expressão de Veyne, tornam explícita a sua especificidade no universo de acontecimentos diários. Os valores-notícia, derivados das teorias de *newsmaking*, dizem respeito a pelo menos quatro esferas da notícia: o conteúdo, o processo de produção, o público destinatário e o mercado (Wolf, 2006).

Beltrão (1960) destaca a atualidade, a variedade, a interpretação e a popularidade entre as marcas que distinguem o jornalismo de outras manifestações do gênio humano. Entre elas, identificamos a atualidade como um dos pontos mais importantes na tessitura da intriga jornalística. É correto dizer que o jornalismo se interessa pelo calor da hora, pelo imediato, pela novidade. Todos esses atributos são vinculados à atualidade. Mas não é mentira a afirmação de que o jornalismo se inscreve na permanência “pelo cansaço”, ao reproduzir, cotidianamente, significados partilhados na vida social.

É preciso mencionar, ainda, questões relativas aos processos produtivos em si, tanto do discurso jornalístico quanto do histórico. Neste último, a narrativa se

constrói através de vestígios, como os documentos e os testemunhos: “A história é conhecimento através de documentos” (Veyne, 2008: 13). Ao mesmo tempo, “A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento” (2008: 13).

Da mesma forma, o jornalismo é incapaz de ter acesso aos acontecimentos em sua totalidade e, na produção de seu discurso, trabalha com os fragmentos oferecidos pelas fontes, as quais, muitas vezes, são iguais às da história: documentos, relatos, entrevistas. Veyne (2008) atenta para a multiplicidade de fontes e saberes dos quais o historiador se alimenta, não esquecendo de mencionar aqueles que podem ser os mais “perigosos” e condená-lo ao anacronismo: os conhecimentos do cotidiano.

A explicação histórica utiliza, é verdade, os conhecimentos profissionais do diplomata, do militar, do eleitor, ou melhor, o historiador refaz nos documentos a aprendizagem dum diplomata ou dum militar de outrora; utiliza, também, no estado de vestígios, algumas verdades científicas, em matéria econômica e demográfica principalmente; mas utiliza sobretudo verdades que fazem de tal modo parte do nosso saber cotidiano. (p. 103)

Vemos, aqui, um ponto em que jornalismo e história se completam, e que será discutido mais adiante: é preciso que o historiador tenha acesso ao óbvio, ao banal, ao cotidiano dos quais o jornalismo é impregnado para que construa a sua intriga.

2. O HISTORIADOR E O JORNALISTA: SUBJETIVIDADES

Observando os elementos descritos até aqui, fica claro que tanto no jornalismo quanto na história estão implicados os seus sujeitos produtores: historiadores e jornalistas. Sob determinadas condições, ambos constroem representações da realidade e nunca a realidade em si: “Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; são um corte que operamos livremente na realidade, um agregado de processos onde agem e padecem substâncias em interação, homens e coisas” (Veyne, 2008: 47).

Assim, trazemos a questão da oposição entre objetividade e subjetividade, tema de constante debate tanto na história quanto no jornalismo. É preciso mergulhar na história deste último para compreender que a objetividade é uma construção relacionada tanto à sobrevivência da atividade jornalística (o distanciamento do debate político tornou mais distanciada e complexa a sua ligação com o poder) quanto a aspectos tecnológicos. Ao analisar a imprensa brasileira do começo do século XX, Barbosa (2007) traz recortes de jornais onde figuram comentários sobre as inovações tecnológicas da época. O linotipo, o daguerreótipo e, principalmente, o telégrafo e a fotografia contribuem para uma nova relação com o tempo e o espaço, mediada pela imprensa. “Constrói-se, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual” (:24). Trata-se de um momento no qual diversos elementos que configurariam o jornalismo como prática autônoma começam a se firmar: o protagonismo do repórter na construção da notícia, o valor do ineditismo e da objetividade:

Observa-se, pois, que as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala. (Barbosa, 2007: 40)

Hohlfeldt (2004) faz um levantamento das categorias jornalísticas mais destacadas em livros teóricos, relatos de profissionais e manuais de redação e estilo, concluindo que a mais citada é a objetividade. A partir dessa constatação, analisa a abordagem do tema por diferentes autores. Identifica, assim, que a categoria sofreu um processo de mitificação, pois, mesmo considerada a mais relevante no cruzamento de importantes e variadas fontes ligadas ao jornalismo, ela vem se ausentando dos manuais e das teorias da comunicação mais recentes.

Essa ausência pode ser explicada pela constatação e pelo reconhecimento de que o jornalista faz parte do mundo que observa e interpreta. Os próprios acontecimentos que noticia são, eles mesmos, construções da realidade. Seu desafio é evitar que a proximidade com o senso comum transforme-se em conformismo. De um ponto de vista fenomenológico, a esta dificuldade metodológica só é possível responder com a afirmação da subjetividade, ou seja, com a incorporação do jornalista como observador, mas também agente:

Ao ganhar consciência do seu estatuto de observador e participante, o resultado poderá ser a possibilidade de o jornalista se tornar ainda mais observador, desenvolvendo a confiança e a suspeita (num sentido positivo), mais atento à situação complicada que resulta da sua posição peculiar (Correia, 2005: 139).

Na história, a problemática não é diferente. Essa é a mesma saída sugerida por Veyne (2008) frente à dificuldade de definição do que é histórico. Pelo que deve interessar-se o historiador? “É impossível estabelecer uma escala de importância que não seja subjetiva” (p. 36). O autor apoia-se em Popper (na obra *A miséria do historicismo*) para afirmar que a única maneira de resolver esse problema é introduzir conscientemente um ponto de vista pré-concebido de seleção. O risco de o historiador não assumir esse ponto de vista, na intenção de proteger-se sob o manto da objetividade, é adotá-lo sem dar-se conta.

O mesmo acontece na construção da intriga e, por isso, é muito difícil haver consenso entre historiadores, documentos e mesmo entre testemunhas dos acontecimentos: “Poder-se-ão mesmo encontrar, uma batalha de Waterloo, grunhidos e bocejos vindos do cogito dum veterano; será assim porque o historiador terá decretado que a ‘sua’ batalha de Waterloo não será somente da estratégia e comportará também a mentalidade dos combatentes” (Veyne, 2008: 51).

Assim, o historiador é aquele que empresta sentidos à narrativa, mas sempre na dependência daquilo de que dispõe nos documentos. Aqui, Veyne compara o trabalho do historiador ao do jornalista e do detetive:

[...] o historiador se assemelha mais ao jornalista do que ao detetive; ele realizou a sua tarefa quando disse o que viu nos documentos, só descobrirá o culpado

se puder. Mas é o detetive o “bom” historiador? Certamente, mas ao impossível ninguém se agarra: se os documentos são insuficientes para descobrir o culpado, não se será menos historiador por isso. (Veyne, 2008: 106)

Nesse sentido, o compromisso ético do trabalho de jornalistas e historiadores é semelhante.

3. A IMPRENSA E A HISTÓRIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Observamos que história e jornalismo aproximam-se e diferenciam-se na compreensão da realidade, na construção das intrigas e no posicionamento subjetivo de seus produtores. Vejamos, agora, como as disciplinas podem dialogar no campo da construção de conhecimento.

A imprensa, como fonte de conhecimento, vem sendo abordada de diferentes formas pelo campo científico. Passou de matriz da verdade à falsificadora da mesma: em um momento de cunho historicista ou positivista da historiografia, os periódicos foram tratados como fontes privilegiadas, por constituírem uma porta de acesso do pesquisador à verdade. Mais tarde, os estudos críticos enxergaram nos jornais a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas, abordando-os como reflexo de uma infraestrutura e “falsificadores da verdade” (Morel & Barros, 2003:8). A partir dos *Annales*, ocorre a renovação da importância da imprensa como referencial interativo na complexidade de um contexto. Ela passa a “ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’” (Morel & Barros, 2003:9).

As pesquisas vêm renovando o modo de ler os periódicos e sua relação com o contexto. Constroem-se através de um olhar cultural, que serve tanto para o campo da comunicação quanto o da história, ao redimensionar este objeto como fonte para as memórias de um *tempo escoado* (Pesavento, 2008), “apresentando visões distintas de um mesmo fato” e despontando “como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento” (Neves, 2006: 10).

Barbosa (2007), ao comentar a relação entre meios de comunicação e a história, aponta um eixo de análise que contempla, em uma perspectiva histórica, as dimensões interna e externa do processo comunicacional, considerando “a dimensão processual da história e a comunicação como sistema, no qual ganha relevo o conteúdo, o produtor das mensagens e a forma como o público entende os sinais emitidos pelos meios” (p. 16). Assim, o discurso da imprensa passa a ser visto como um “universo de possíveis” (Barbosa, 2007b: 15).

A ênfase nas relações materiais (infraestrutura *versus* superestrutura), na censura ou no oficialismo como fatores explicativos não parecem suficientes para compreender a intriga em que se insere o jornalismo na história. Mesmo a imprensa de cunho oficialista e político, preponderante entre os séculos XVIII e XIX, esteve imbricada com a circulação das ideias e com a realidade cotidiana da sociedade. Os

*papéis incendiários*³ foram constantemente alimentados pela lenha dos “extraordinários do dia-a-dia”, e também pelas grandes transformações sociais.

No campo da comunicação, esse o olhar mais abrangente, além de permitir novas abordagens em relação ao discurso, traz em si desafios epistemológicos e metodológicos relativos à materialidade e à organização dos conteúdos, já que o jornalismo nem sempre foi praticado da mesma forma ou orientado pelos mesmos princípios. É preciso mergulhar na intriga para que se esclareça o lugar que o periódico ocupa em seu tempo e, também, para relativizá-lo em relação às perguntas desde o lugar do pesquisador.

De forma que as noções de *narrativa* e de *interpretação* mostram-se essenciais no jornalismo e na história. Pesavento (2005), ao analisar as relações entre história e memória, afirma que elas criam “imaginários de sentido a partir do real. Ficções plausíveis, verossímeis, socializadas, temporalizadas na sua feitura e na sua recepção. *Palavras para crer*” (p. 9 – grifo nosso). Da mesma forma, o discurso jornalístico configura, em seus modos de feitura e de leitura, *palavras para crer*, ou seja: aquilo que está posto nesse tipo de texto quer, sob uma série de circunstâncias, referir o real. E ele também é lido de forma a referir o real e, nesse momento, também é submetido a outras circunstâncias que o recriam, torcem, ampliam, ficcionalizam, num processo catártico (Pesavento, 2006). Barbosa (2007) sintetiza esse pensamento ao afirmar que:

É a partir de convenções culturais que classificamos os textos com pretensão à verdade e os textos ficcionais. Devemos considerar, portanto, que todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida. (p. 20-21)

Assim, a história ou o jornalismo, na medida em que estão impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades, não podem romper com a narrativa. Tanto o passado longínquo, quanto os acontecimentos cotidianos de uma contemporaneidade, ao serem narrados, estão, irremediavelmente no passado e não podem ser revividos, senão de forma discursiva. E ao terem contato com o leitor, esses discursos são novamente “protocolados” em uma tradição: as regras e os sentidos linguísticos, a cultura, o contexto, as experiências individuais.

Barbosa (2005) articula o jornalismo e a história, entendendo que essas narrativas, mesmo em suas diferenças, complementam-se. Os textos do jornalismo, em sua temporalidade, estão “encharcados de consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida” (p. 53).

Nesse sentido, a autora compreende que uma das maiores contribuições que a teoria da história pode dar aos estudos de jornalismo é o uso da visão crítica, que seria capaz de transformar sua teoria em uma ponte para o entendimento dos problemas do presente, assim como a história o faz com os problemas do passado: “A mesma visão crítica, se aplicada aos estudos do jornalismo, pode transformar sua

³ Referência às primeiras manifestações impressas ou manuscritas que, desde o século XVIII, na França, causavam comoção e disse-que-disse na vida urbana, manifestando uma noção de “opinião pública”, na visão da historiadora Arlette Farge (Morel, 2003:12).

teoria numa espécie de médium para lidar com os problemas do presente” (Barbosa, 2005: 55). Assim, história e jornalismo atuam num processo simbiótico em que, para entender o passado, desvela-se, através dos periódicos, o que era presente; e para orientar o presente, busca-se no passado o caminho traçado até “aqui”. História e jornalismo iluminam-se mutuamente.

Veyne (2008) vai ao encontro dessa perspectiva, ao defender que, se a história não tem um método, tem uma crítica: “O primeiro dever do historiador é estabelecer a verdade e o segundo é fazer compreender a intriga: a história tem uma crítica, mas não tem método, pois não há método para compreender” (p. 231).

O leitor-pesquisador que mergulha em objetos que tem o jornalismo e a história implicados também faz parte desse jogo das narrativas e das interpretações. Já mencionamos que os periódicos assumiram diferentes funções em diferentes linhas de pesquisa científica. Da mesma forma, os impressos servem para responder perguntas distintas, localizadas no tempo em que o pesquisador vive. Percebemos que há, então, um cruzamento de perspectivas temporais que devem ser consideradas pelo pesquisador: o *tempo histórico* em que o discurso foi produzido; o *tempo escoado* em que ocorreram os fatos que ele descreve (lembramos, os eventos não podem ser revividos); e o *tempo da leitura* do pesquisador, que abre a narrativa a todo um novo mundo de significados.

Barbosa (2004), ao indicar alguns caminhos para a escritura de uma história da imprensa, toma de Paul Ricoeur a noção de que o “passado tinha um futuro”, e acrescenta que “nós somos o futuro desse passado” (p. 7). Assim, não cabe ao pesquisador cobrar, do alto do seu conhecimento posterior, um certo comportamento de suas fontes. Ao contrário, a riqueza da contribuição da história para o jornalismo, como já foi dito, reside na visão crítica que ilumina o presente e não no movimento inverso, que usa o presente para julgar o passado.

Por fim, apresentamos uma interessante metáfora formulada por Veyne (2008), a qual envolve o jornalismo para falar da natureza do trabalho do historiador. A ela acrescentamos - por que não? - a essência da motivada curiosidade do pesquisador: “A alma do historiador é a do leitor de *fait-divers*; estes são sempre os mesmos e sempre interessantes porque o cão que é atropelado neste dia não é aquele que foi atropelado na véspera, e mais naturalmente porque hoje não é a véspera” (p. 17).

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (1998) *Dicionário de Filosofia*, São Paulo: Martins Fontes.
- Barbosa, M. (2004) “Como Escrever uma História da Imprensa?” *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2-10, disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1>, consultado em 23/05/14.
- Barbosa, M. (2005) “O que a História Pode Legar aos Estudos de Jornalismo”, *Contracampo*, disponível em <http://www.uff.br/contracampo/index.php>, 51-62, consultado em 23/05/14.
- Barbosa, M. (2007) *História Cultural da Imprensa*, Rio de Janeiro: Mauad X.

- Barbosa, M. (2007) "Meios de Comunicação e História: Um Universo de Possíveis" in A. G. Ribeiro, & M. A. Ferreira, *Mídia e Memória: A Produção de Sentidos nos Meios de Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, pp.15-34.
- Beltrão, L. (1960) *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Correia, J. C. (2005) *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Horizonte.
- Hohlfeldt, A. (2004) "Objetividade: Categoria Jornalística Mitificada", *Revista Famecos*, 24: 31-40.
- Luca, T. (2005) "História De, Nos e Por Meio dos Periódicos" in Pinsky C. B., *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto, pp. 111-154.
- Melo, J. M. (1985) *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*, Petrópolis: Vozes.
- Melo, J. M. (2006) *Teoria do Jornalismo: Identidades Brasileiras*, São Paulo: Paulus.
- Morel, M. (2012) "A imprensa periódica no século XIX". 10 de janeiro, disponível em <http://redememoria.bn.br/2012/01/a-imprensa-periodica-no-seculo-xix/>, consultado em 23/05/14.
- Morel, M., & Barros, M. M. (2003) *Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*, Rio de Janeiro: DP&A.
- Neves, L. B., Morel, M., & Ferreira, T. B. (2006) *História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder*, Rio de Janeiro: DP&A/Faperj.
- Pesavento, S. (2005). "Palavras para crer – imaginários de sentido que falam do passado". *Anais do II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre: UFRGS, 1-9, disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2.html>, consultado em 23/05/14.
- Pesavento, S. (2008) "Fronteiras da história: uma leitura sensível do tempo" in Schüler F., Axt G., & Silva J. M., *Fronteiras do Pensamento: Retratos de um Mundo Complexo*, São Leopoldo: Unisinos, pp.179-190.
- Veyne, P. (2008) *Como se Escreve a História*, Lisboa: Edições 70.
- Wolf, M. (2006) *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.